

"O PIB deforma a compreensão do que acontece no país"

ENTREVISTA. O reputado académico critica o neoliberalismo, propõe novas formas de cálculo para o Produto Interno Bruto e sugere que o combate à corrupção seja feito com transparência. Págs. 4 e 5

JOSPHART MAIKARA QUEIXA-SE DO EXCESSO DE BUROCRACIA



DIPLOMACIA. O embaixador alerta para a possibilidade de as restrições impostas por Angola estarem a afastar investidores. Diplomata angolano justifica as imposições com a necessidade de manter a segurança. Págs. 10 e 11

29 de Julho 2019 Segunda-feira Semanário - Ano 4 N°169/ kz 400

Director-Geral Evaristo Mulaza



ESTUDO DA ASAN

Seguradoras quedam 2,3 pontos

Associação das Seguradoras de Angola analisou 15 das 27 companhias. Concluiu que têm uma facturação inferior a 2017 em 2,3 pontos percentuais. **Pág. 15**

1.804 PROJECTOS VÃO CUSTAR DOIS MIL MILHÕES DE DÓLARES

Primeiros 25 milhões do PIIM chegam aos municípios

PROJECTOS PÚBLICOS. Administradores já começaram a receber as primeiras 'fatias' da verba destinada ao Plano Integrado de Intervenção nos Municípios. São os primeiros 25 milhões de kwanzas. Alguns dirigentes revelam quais são as prioridades. **Págs. 8 e 9**

n a receber to de Inter-kwanzas.

gs. 8 e 9

Moedas AKZ USD USD - 349,4 Kz (+1,2) ▲

EUR 388,9 Kz (-1,9) ▼

Libra 432,8 Kz (-2,9) ▼

Yuan 50,7 Kz (+0,09) ▲

Rand 24,5 Kz (-0,5) ▼

Editorial



CHOVE DÍVIDA PÚBLICA

ssim como nos negócios, o custo de oportunidade é um conceito que se aplica necess a r i a m e n t e nas decisões de investimento público. Quando o Governo opta por aplicar dinheiros na construção de edifícios para os ministérios tem a obrigação de explicar aos contribuintes a razão por que as alternativas prioritárias foram recusadas. Sobretudo, se estiver perante contextos agravantes como a crise que vem dilacerando as famílias e as empresas nos últimos cinco anos. E, sobretudo, se o Governo usa essa mesma crise como pretexto para ponderar o aumento do IRT para os 37%; para forçar a implementação despreparada do IVA, ou como desculpa para agravar abusivamente todos os serviços básicos numa só sentada (energia,

água e transportes). Esta é uma perspectiva do racional económico e social que não pode ser ignorada, quando se decidem projectos como o 'Bairro dos Ministérios'.

Há até um precedente simbólico que ajuda a entender essa obrigação a que o Governo está sujeito. Quando o Presidente da República decidiu 'desviar' parte dos recursos do Fundo Soberano para o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios, apressou-se a explicar as virtudes da sua decisão, face à alternativa recusada. E, neste caso, a opção recusada foi a manutenção desses activos no Fundo para aplicações que gerassem lucros para poupanças.

No caso do 'Bairro dos Ministérios', o que se verificou, entretanto, é que o Governo não se prestou a dar esclarecimentos e não foi por outro motivo: não se justificou porque simplesmente não pôde justificar o injustificável. O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico até tentou, ardilosamente, vender a ideia com a história da parceria público--privada. Mas não pôde esticar tanto a corda, porque sabe que a solução da dita parceria, na verdade, não passa de um modelo de renda resolúvel. Durante um período que ainda ninguém sabe o Estado vai ser obrigado a amortizar o investimento com parcelas financeiras que ainda ninguém sabe. Não se trata, portanto, do modelo de parceria típico em que o investidor recupera o investimento, através do mercado, e transfere as infra-estruturas para o Estado, depois de um certo tempo. Evocar vantagens financeiras relevantes para o Estado é, por isso, de certo modo, falacioso, porque, no fundo, o que vai acontecer de facto é apenas a acumulação de mais 'alguma' dívida pública.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza **Directora-Geral Adjunta:** Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Editor Executivo Adjunto: Nelson Rodrigues
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes e Suely de

Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló **Colaboradores:** Cândido Mendes e Mário Paiva

Produção gráfica: Damer

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda **Tiragem:** 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

 ${\bf GEM\ ANGOLA\ GLOBAL\ MEDIA,\ LDA\ Administração:}$

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Geovana Fernandes Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes

Tel.: +244941784790-(1)-(2) N° de Contribuinte: 5401180721;

 $\mbox{N}^{\, o}$ de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/

Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514 **E-mail**: administracao@gem.co.ao:

comercial@gem.co.ao

Segunda-Feira 29 de Julho 2019

Valor Económico | 3

A semana

PERGUNTAS A...



Adilson Neto, Presidente do Conselho Empresarial Juvenil de Angola

O que é a Conferência sobre Comércio e Investimento Quénia-Angola?

É um marco dentro das políticas de empreendedorismo. O Quénia é um gigante em desenvolvimento, cuja capacidade deve ser bem aproveitada por Angola, enquanto país rico em recursos, mas com défice de investimentos. O encontro está a ser satisfatório para a produção de projectos de desenvolvimento da economia.

O que se ganha com a parceria?

Há um empresário queniano que apresentou uma empresa de chá. Aquilo é um exemplo da potencialidade da agricultura familiar. Esse encontro serve também de porta para firmarmos parcerias estratégicas, bem como nos potenciarmos no turismo, saúde e educação.

Concorda que os jovens não têm sabido abraçar as oportunidades que favorecem o empresariado juvenil criadas pelo Governo?

A juventude sabe abraçar as oportunidades. Precisamos é de políticas assertivas. O Governo deve expor-se mais à juventude, para que os empreendedores saibam as políticas que o Executivo tem. Uma das maiores dificuldades é a falta de financiamento e de políticas assertivas. O jovem ainda se debate com a problemática do primeiro emprego.

A Agência de Investimento e Promoção das Exportações (Aipex) anuncia que, nos últimos 12 meses, deram entrada 155 novos projectos privados avaliados em 1,5 mil milhões de dólares, com a China e Portugal a liderarem. 64 projectos foram apresentados por investidores residentes em Angola e 23 mistos.

O Governo vai colocar, pela primeira vez em concurso público, cinco concessões mineiras, ainda este ano, sendo duas de diamantes, duas de fosfatos e uma de ferro, anuncia o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos.



SEGUNDA-FEIRA O ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, Diamantino de Azevedo, anuncia que, no âmbito do Plano Nacional de Geologia (Planageo), os estudos de ocorrências mineiras da zona sul e sudeste estão bastante avançados, com a elaboração das cartas geológicas.

O Estado poderá gastar 11 milhões USD por ano em cibersegurança, com a implementação de sistemas e o centro de resposta a incidentes informáticos, revela o director-geral do Instituto Nacional de Fomento da Sociedade de Informação, Meick Afonso.



Tomam posse os ministros do Interior, Eugénio Laborinho, da Agricultura e Florestas, António de Assis, e da Economia e Planeamento, Manuel da Costa. São empossados os governadores de Cabinda, Marcos Nhunga, e do Kuando-Kubango, Júlio Bessa.



A ministra das Pescas e do Mar, Maria Antonieta Baptista, declara, no Conselho Consultivo, ser "necessário despertar" a Empresa Pública de Pesca Industrial (PesKwanza), no Kwanza-Sul, um dos pontos piscatórios do país.



A organização da primeira feira de produção do Huambo premeia a empresa Angolaca, dedicada ao fabrico de mobiliário à base de granito, como a melhor expositora do evento. A segunda posição fica com a Monte Car Service, da construção civil e ambiente.



COTAÇÃO



BOLSAS EUROPEIAS EM ALTA

As principais bolsas europeias transaccionaram em alta na sessão desta segunda-feira, dia em que o índice lisboeta PSI-20 se destacou ao contrariar a tendência predominante no continente com uma descida de 0,13% para 5.134,84 pontos. O Stoxx600, índice de referência europeu, ganhou ligeiros 0,03% para 390,85 pontos, pelo segundo dia seguido, apoiado sobretudo nos ganhos conseguidos pelas telecomunicações e retalho.



LIBRA EM MÍNIMOS DE DOIS ANOS

A libra registou fortes quedas nos mercados cambiais, tendo recuado para mínimos de Março de 2017 em relação ao dólar. Já face ao euro, a divisa britânica depreciou-se pelo terceiro dia seguido para transaccionar em mínimos de Setembro de 2017. A desvalorização da libra surge no mesmo dia em que o governo do Reino Unido admitiu como "muito real" a possibilidade de Londres não chegar a um entendimento com a UE para evitar uma saída sem acordo do bloco europeu.

4 | Valor Económico Segunda-feira 29 de Julho 2019

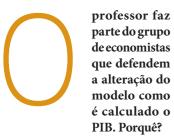
Entrevista

LADISLAU DOWBOR, ECONOMISTA

"Sabemos o que fazer para reduzir a corrupção: transparência"

Economista, académico, propõe, juntamente com outros reputados economistas internacionais, um novo modelo de sociedade que combata o neoliberalismo. Indica deficiências no cálculo do PIB e aponta o dedo ao sistema financeiro pelas dificuldades sentidas pelas famílias e empresas. Considera normais as parcerias com o FMI, em Angola, mas critica os termos em que exigem austeridade e privatizações e alerta para os riscos.

Por César Silveira



O PIB mede apenas a intensidade de uso dos recursos. Não mede para que são utilizados e para quem. Não mede os impactos ambientais, nem toda a área da economia imaterial, que é muito importante. Como o PIB mede apenas a intensidade, os

desastres ambientais, por exemplo, são apresentados como o aumento do PIB. Realmente, gastam-se mais produtos químicos, aumenta o PIB provocando desastres. As epidemias e as guerras também aumentam o PIB, mas sem melhorar o bem--estar da humanidade. Pelo contrário, são contraprodutivos. Então, temos de medir o que são resultados no sentido de bem-estar das populações. Nós queremos o PIB como uma conta positiva.

E como?

Para ter uma contabilidade que faça sentido, estes desastres, estas situações que geram mal-estar ou que des-

troem o meio ambiente têm de ser colocados como custo e não como produto. Um segundo ponto é o problema dos 'stocks'. Isto interessa a economias como a angolana, em que a produção e a exportação de petróleo aparecem como aumentando o PIB, mas, na realidade, é uma redução de 'stocks'. Desde 2003, o Banco Mundial apresenta uma metodologia em que a extracção de recursos naturais é calculada como descapitalização. Daí que propus, quando estive em Angola, trabalhar-se desde já, o conceito pós-petróleo.

São essencialmente estes os pontos? Tem um outro eixo muito importante

Qual é a proposta do professor e dos que defendem esta corrente? Há cinco ou seis anos, foi convocada uma comissão com Joseph

referência mundial para repensar as nossas formas de cálculo do PIB. Há coisas essenciais como, por exemplo, incluir o cálculo da desigualdade, deduzir a descapitalização, trabalhar com a renda efectiva das populações e não apenas o PIB. De lá para cá, tem havido formas de cálculos muito mais sofisticadas. Mais recentemente, este ano, há um trabalho muito importante de uma professora de Oxford, Kate Raworth,

com o título 'Economia Donut'.

Stiglitz, Jean-Paul Fitoussi e Amar-

tya Sen. Elaboraram propostas

alternativas de cálculos para o PIB.

Tornou-se no primeiro ponto de

no cálculo do PIB. O PIB trabalha com médias. Pega-se a totalidade de bens e serviços num determinado país. No caso do Brasil, diz-se, por exemplo, que temos um PIB de 11 mil dólares por pessoa, mas acontece que apenas 5% dos mais ricos tem 95% da riqueza acumulada. O PIB deforma a compreensão do que está realmente a acontecer no país porque não inclui a desigualdade no acesso de bens e serviços produzidos.

Segunda-feira 29 de Julho 2019
Valor Económico | 5

A solução não passa por encontrar o 'bode expiatório' como fizeram com Lula (Lula nunca foi corrupto), mas gerar um sistema onde as contas são de consulta pública.

E quando é que um novo modelo de cálculo poderá ser adoptado?

Temos experiências ainda marginais. A Nova Zelândia desenvolveu um sistema de cálculo concentrado no bem-estar da população. Pega coisa por coisa. As pessoas têm de ter acesso à saúde. Têm ou não têm? Têm de ter acesso a uma casa. Têm ou não têm? Pega os diversos sectores e faz uma bateria de indicadores sobre como está a população. É perfeitamente viável e funcionaria em Angola. Há outro sistema que é muito importante e é uma metodologia em que nos podemos apoiar. Utilizar os objectivos do desenvolvimento sustentável. Como foram aprovados por quase todos os países do mundo, oferece uma possibilidade muito grande, porque, ao mesmo tempo, mostra se o país está ou não conforme os 17 objectivos. Depois, há coisas mais folclóricas. Na Ásia, por exemplo, há um país que, ao invés de PIB, fala em Felicidade Interna Bruta. É engraçado, mas, na realidade, trata-se disso. Queremos que a Economia sirva para o bem-estar das pessoas e não que as pessoas sirvam para a economia.

Então pode afirmar-se que há necessidade de se alterar a forma como é ensinada a Economia?

Sem dúvida. Muita gente discute isso. A forma de ensinar a Economia está baseada no sistema do século passado em que, no essencial, havia muitas empresas, pequenas, médias e grandes, mas muitas. Havia concorrência entre elas e. nessa concorrência, as coisas equilibravam-se. Isso mudou. Hoje, são alguns gigantescos conglomerados em que o comércio é entre matriz e filial ou entre filiais. Não é mais o mercado. São preços administrados, o conceito de mercado mudou radicalmente. Depois, temos outra dimensão em que as formas de apropriação do excedente social, que se torna proprietário da riqueza produzida, isso mudou porque, no século passado, era dominantemente através de baixos salários. Hoje, também continuam os baixos salários. mas muito mais se trata de exploração financeira, de endividar pessoas, empresas e governos. Hoje, são 28 grandes sistemas conglomerados financeiros mundiais, que controlam o sistema financeiro e extraem a riqueza através do endividamento. Ou seja, os monopólios, que, durante anos, foram apontados como sendo maus para as economias, acabaram por vencer... Hoje é um sistema muito oligopolizado. Se ler o meu livro 'Era

do Capital Improdutivo' vai encontrar um capítulo específico, 'O oligopólio sistémico financeiro', que ajuda a entender esta reorganização. Aprendemos também que o governo é quem imprime o dinheiro, mas, hoje, o dinheiro que o governo imprime no mundo representa apenas 3% da liquidez. 97% são sinais magnéticos emitidos pelos bancos sob forma de crédito. Os governos têm muito pouco poder em termos de política monetária. No Brasil, quando a presidente Dilma tentou reduzir as taxas de juros dos bancos, simplesmente derrubaram-na porque o poder é muito grande. Grandes grupos financeiros estavam a ganhar com juros sobre as famílias, sobre as empresas e sobre os governos.

Não teme que, com este discurso, seja visto como um 'economista de esquerda'?

Essa nova forma de ver a realidade encontra, por exemplo, no Instituto Rooselvet que desenvolveu um estudo recente, 'Novas Regras Para o Seculo XXI' e não tem nada de esquerda. Joseph Stiglitz é Prémio Nobel de Economia, foi economista-chefe do Banco Mundial e do governo Clinton. Estamos a falar de um economista de grande importância nos EUA, que não é um país de esquerda. Há a Kate Raworth, da Universidade de Oxford. Há uns dias, estive numa reunião em Varsóvia, onde discuti estas novas formas de abordagem da economia com 23 economistas, professores, pesquisadores de Oxford, Harvard, Stanford, Universidade de Paris, London School of Economics e das universidades de Sidney e Estocolmo. Fizemos um pequeno livro com 23 artigos, com novas visões necessárias. Que novas visões são estas? Não

é esquerda ou direita. É uma tomada de consciência do básico. Estamos a caminhar para um desastre ambiental com grande rapidez. A nossa economia mundial está em direcção a um muro e estamos a destruir esta base natural do planeta em proveito de uma minoria, que está a enriquecer de uma maneira que, quem não entende de finanças, não imagina.

Dê exemplos...

Uso o seguinte exemplo. Se tenho mil milhões de dólares e fizer uma aplicação financeira, não estou a produzir nada, que rende 5% ao ano, estou a ganhar por dia 137 mil dólares. No dia seguinte, ganho 5% sobre mil milhões mais 137 mil dólares e

Um economista internacional

Mais conhecido por Ladislau Dowbor, Ladislas Dowbor tem origem polaca, mas nasceu, acidentalmente, em França, em 1941. Tem nacionalidade brasileira. A família instalou-se no Brasil em 1951. Formou-se em Economia Política na Universidade de Lausanne, na Suíça, obteve o mestrado e doutorado em Ciências Económicas na Escola Central de Planeamento e Estatística de Varsóvia em 1976. É autor. e ou co-autor, de mais de 40 livros. A mais recente obra é a 'Era do Capital Improdutivo - A nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta'.

por aí vai. Estamos a gerar o drama da desigualdade, o drama ambiental e também a paralisia económica. Quando o dinheiro aplicado em papéis financeiros rende mais que o dinheiro investido fazendo uma fábrica, o que é que o capitalista faz? Compra papéis por ser mais seguro e render mais.

É o resultado de o sistema capitalista se ter sobreposto ao socialista?

Não acho. O facto de não haver mais uma alternativa socialista, como o poder político organizado, sem dúvida tornou as grandes empresas, os grandes bancos, os centros de especulação como o City, em Londres, o Wall Street, nos EUA, muito mais sem-vergonha. Drenam porque não há críticas, não há contrapeso ao seu poder. As empresas produtivas hoje são controladas por sistemas financeiros e a pessoa que tem papéis financeiros de uma empresa que está em qualquer canto do mundo, não quer saber o que a empresa está a fazer, quer saber quanto rendem as acções. Isso deformou radicalmente. Um gigante mundial, como a GSK, sexto grupo farmacêutico mundial, faz fraudes sobre medicamentos. Como é que pode? Hoje pagam uma multa, só nos EUA, de 2,8 mil milhões de dólares por fraude de medicamentos. Como uma grande empresa que entende tudo de medicamentos comete este erro? É pela exigência de rentabilidade financeira que torna o sistema irresponsável. A lógica mudou profundamente.

Está a concordar que, em parte, essa situação é consequência de o capitalismo ter eliminado qualquer sistema alternativo...

Basicamente estamos a evoluir para outra dimensão. A briga entre

esquerda e direita, com a direita a querer privatizar e a esquerda estatizar, está a ser ultrapassada para uma visão que está mais próxima do que acontece nos países nórdicos como Suécia, Dinamarca ou na Coreia do Sul, China ou Canadá. Temos um novo sistema de equilíbrio entre o poder das empresas, o poder do governo e o poder da organização da sociedade civil. Na Suécia, o sueco médio é membro de quatro organizações da sociedade civil e o dinheiro, ao invés de estar lá em cima, no governo, está no espaço público municipal. 72% dos recursos vão directamente para os municípios e é controlado directamente pelas populações. A China tem um sistema financeiro extremamente controlado. A dinâmica de desenvolvimento é impressionante, mas é muito simples. Lá não há ganhar dinheiro com dinheiro. Todo o dinheiro, público e privado, é investido produtivamente. Quando é público, é para produzir infra-estruturas, um conjunto de indústria pesada. Quando é privado, é mais para desenvolver pequenas e médias indústrias, é crédito para a população.

Esse é o melhor modelo?

Eu e o Ignacy Sachs fizemos um livro, intitulado 'Pão nosso de cada dia' sobre o processo produtivo. Trabalhámos com um conceito de economia mista. Por exemplo, produzir automóveis e camisolas é para o sector privado. Grandes infra-estruturas como energia, telecomunicações, transporte, água e saneamento têm de ser públicas. A parte de intermediação financeira comercial, quando pequena, pode ser privada. Os grandes sistemas têm de ser regulados pelo Estado, porque, senão, os bancos se apropriam do desenvolvimento. As políticas sociais, saúde, educação, segurança e habitação, têm de ser públicas, descentralizadas e muito controladas pela sociedade civil. É uma visão da economia que se constrói a partir da base.

E como é que se podem introduzir modelos alternativos que esvaziem ou reduzam o poder da indústria financeira?

É complicado. Por exemplo, no Brasil, tivemos excelentes resultados. Criámos 20 milhões de empregos formais, tirámos 50 milhões de pessoas da pobreza. O Lula deixou o governo, depois de oito anos, com 87% de aprovação. Ou seja, as coisas

Continuação na página 6

Entrevista

Continuação da página 5

funcionam. Agora, o sistema financeiro aumentou os juros e drenou a capacidade de compra das famílias, a capacidade de investimento das empresas e a capacidade de investimento do Estado, através de juros. Quando a presidente Dilma tentou reduzir os juros, não durou. O problema é central. Nós temos o poder empresarial (não estou a falar da pequena e média empresa que produz coisas concretas, mas as grandes corporações financeiras, em particular, que têm um poder político muito grande). Dizem que são empresas. mas são políticas. Derrubam ministros, governos, corrompem processos decisórios, corrompem o judiciário quando necessário. É uma realidade política a que hoje assistimos com a tragédia na América Latina, Argentina, Brasil, Venezuela. O absurdo do governo Trump, nos EUA, o absurdo do novo primeiro-mistro da Inglaterra, o absurdo dos governos na Polónia e na Hungria. O Erdogan, na Turquia, o Duterte, nas Filipinas. Em toda a parte, há populistas que desarticulam formas democráticas de organização.

Existem hoje muitos artigos a considerarem falsos os indicadores apresentados pelo governo de Lula da Silva..

Isto é 'bobagem' radical porque são de fontes diferentes. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística faz estatísticas há décadas, com o acompanhamento do Banco Mundial e do FMI. Temos as embaixadas que também acompanham os sistemas de evolução dos países. Esse novo governo é de extrema direita, é patológico em termos políticos, é quem inventa estas coisas. Os resultados foram muitos concretos. Hoje, as coisas são muito transparentes, os dados cruzam-se entre instituições. O Banco Mundial não é idiota e fez um relatório em que apresenta 2003 a 2013 como a década dourada do Brasil.

BANCOS COM PAPEL FUNDAMENTAL

Como olha para o caso de Angola que também tem um novo governo? Angola, como tem um novo governo, tem uma amplitude para trazer inovações. Se pegar parte do dinheiro que está a ser ganho por grupos financeiros que não produzem e reorientar para o bem-estar das famí-

lias, isto gera actividade económica

e apoio político e é esse equilíbrio

que tem de ser encontrado. Agora, se tivermos um governo que, em termos políticos, depende de grupos internacionais ligados à exportação de petróleos ou das importações de bens de luxo da classe média alta, isto não permite que se incorpore o conjunto da população no desenvolvimento. Por exemplo, o 'Bolsa Família', no Brasil, custou apenas 0,5% do PIB. É muito pouco dinheiro, mas que se transforma em actividade económica.

Disse que Dilma Rousseff caiu quando tentou aumentar os juros e acredita que Angola tem margem para inovar. É possível estabeler paralelos?

Só quem está dentro de um país, das suas políticas e das suas estruturas de poder, é que pode ter ideias sobre isso. O que eu sei é que Lula, quando começou a fazer o processo redistributivo, no começo, os bancos e a área financeira ficaram muito assustados: "Meu Deus, dinheiro para os pobres vai quebrar o país". Só que o dinheiro para os pobres gerou mercado interno, que dinamizou empresas. Mas, com a dinamização das empresas e das

famílias, as famílias começaram a comprar mais, a pedir crédito, as empresas começaram a comprar mais máquinas. Ou seja, dinamizou, inclusive, os bancos. Esta compreensão de como funciona o círculo virtuoso da economia ajuda muito.

Esta é a receita que apresentaria para a crise em Angola onde as famílias também estão a perder o poder de compra?

Em termos financeiros, tem de se reduzir as taxas de juros sobre a dívida pública, reorientar os bancos para financiarem actividades produtivas e usar recursos públicos para dinamizar as famílias. Em termos administrativos, organizar a profunda descentralização do sistema.

Estamos a falar de medidas que chocariam com os interesses do poder financeiro?

Sem dúvida, mas os bancos têm de voltar a financiar actividades produtivas, cobrando juros decentes, inferiores ao lucro para os empresários poderem pagar. Ou seja, uma actividade de fomento, ao invés de actividade de especulação.

É certamente uma opção difícil para os bancos...

É difícil, mas é possível. O Lula, quando era candidato em 2002, escreveu uma carta para os brasileiros, dizendo que ia respeitar as regras do jogo. Ou seja, ia fazer um pacto com o sistema financeiro para poder assegurar que todo o brasileiro tivesse o seu café da manhã, almoço, jantar e, eventualmente, frango no domingo. Uma negociação com os bancos é fundamental. Hoje, calculamos a produtividade das empresas, precisamos também de calcular a produtividade dos bancos. O banco, que está apenas a ganhar dinheiro ao apropriar-se de uma parte dos impostos que o angolano paga, não funciona. O banco tem de voltar a fazer fomento, o dinheiro tem de ser produtivo. A taxa de juro sobre a dívida pública tem de ser muito mais baixa. Se aplicar dinheiro em títulos do governo rende mais porquê é que vão financiar projectos empresariais que oferecem mais riscos? Vão comprar títulos.

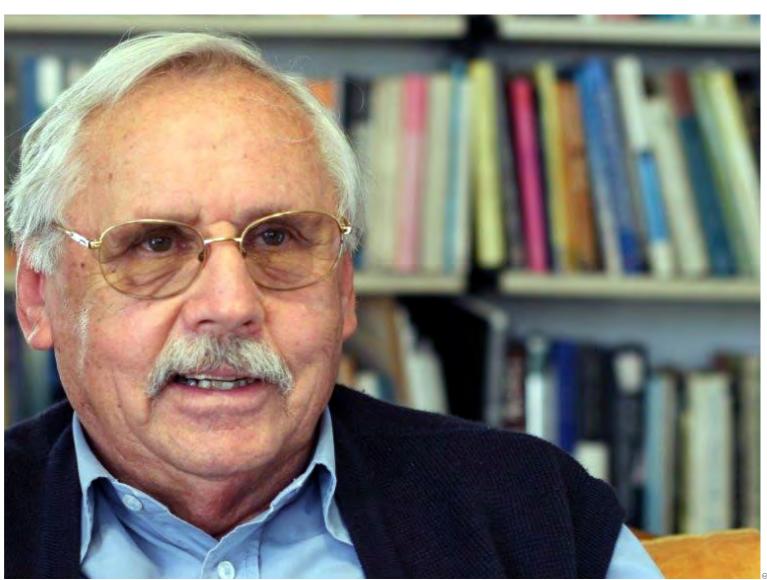
O governo vende os títulos porque precisa de liquidez. Os bancos só aproveitam uma oportunidade de

negócio, são regras de mercado. Como se pode ultrapassar esta situação?

Angola tem uma grande entrada de recursos, que é a exportação de petróleo, coisa que os outros países não têm. É uma facilidade. Usa esses recursos para financiar pequenos equipamentos ou programas de melhorias científicas tecnológicas no pequeno produtor e na área rural. Se tem uma entrada importante de divisas, isso permite emitir moeda. Se passar este dinheiro para projectos de desenvolvimento, não gera inflação. Gera capacidade de compra e emprego de bens simples, mas em que a resposta produtiva é muita rápida. Tanto a capacidade de emitir moeda como a capacidade de uso inteligente dos recursos externos ajuda muito.

Que opinião tem sobre o facto de o Governo angolano avançar com o acordo com o FMI?

Não conheço os termos do acordo por isso não posso comentar. O que está claro são as necessidades de Angola. Se tem dívidas externas e esta renegociação tem de ser com o FMI, então isso é impor-



Segunda-feira 29 de Julho 2019
Valor Económico | 7

O facto de não haver mais uma alternativa socialista, como o poder político organizado, tornou as grandes empresas, os grandes bancos, os centros de especulação muito mais sem-vergonha.

Hoje, calculamos a produtividade das empresas, precisamos também de calcular a produtividade dos bancos.

As fórmulas tradicionais do FMI, dizendo privatizem, vendam recursos públicos, simplesmente não funcionam.
As outras propostas na linha da austeridade também não funcionam.

tante. Agora, as fórmulas tradicionais do FMI, dizendo privatizem, vendam recursos públicos, simplesmente não funcionam. As outras propostas na linha da austeridade também não funcionam. Pelo contrário, o que funciona é o aumento do consumo das populações. Funcionou não só no Brasil, com Lula, mas também com Roosevelt, nos EUA. O 'New Deal', nos anos 1930, tirou os EUA da crise. Funcionou na Europa na reconstrução depois da II Guerra Mundial. Funciona na China. A China imprime moeda e gera dinâmicas. Como estamos fora, só vemos a parte das exportações, mas a China é essencialmente centrada no aumento do consumo das populações. Nos últimos 20 anos, no mundo, reduzimos a pobreza de mil milhões de pessoas, 700 mil são chinesas. A lógica política tem de ser diferente.

Que futuro imediato prevê para Angola, caso o acordo com o FMI tenha como base estas fórmulas que considera tradicionais?

Se privatiza, terá menos instrumentos públicos de dinamizar a economia. Sofremos isso no Brasil. O governo

está a fazer exactamente isso. Está a privatizar o petróleo, as árvores da Amazónia, os bancos públicos. Com esta política, gera um pouco de dinheiro nos cofres do Estado, diz que equilibra o orçamento, mas vende os móveis da casa. É esta a comparação. Não é reduzindo as despesas que se resolve, mas sim aumentando as entradas. Como se aumentam as entradas? Dinamizando o consumo das famílias. Esta dinâmica é muito estudada. O Joseph Stiglitz, nos seus últimos trabalhos, mostra estes processos. Mas há outras visões muito interessantes, que é taxar as transaccões financeiras. Quando se criam impostos sobre transacções financeiras, fica mais interessante para quem tem o dinheiro abrir uma empresa e produzir.

Justifica-se a necessidade da privatização das empresas públicas por serem deficitárias?

Não necessariamente. Por exemplo, na China, uma empresa vende o aço mais barato que o custo de produção. Isso permite que muitas empresas utilizem este aço e favoreça as empresas chinesas relativamente a grupos internacionais. Uma das principais qualidades do Estado é que pode entrar em défice. Pode entrar também em défice quando abre uma ferrovia para uma região onde esta, apesar de deficitária, dinamiza a produção em toda a região. Não há nenhum mistério, é planeamento. Simplesmente dizer que o que é deficitário se deve privatizar é bobagem. Eventualmente, se achar que a empresa não está a ser administrada de maneira eficiente pode--se fazer uma concessão de gestão para um grupo privado, isso é bom senso. Uma coisa é a propriedade, outra coisa é a gestão e outra ainda é o controlo.

O Governo angolano afirma que o país hoje está mais aberta ao investimento estrangeiro. Que riscos devem ser acautelados?

Normalmente, nos sectores estratégicos. Por exemplo, o petróleo é estratégico para Angola, tem de ser muito controlado pelo sistema público. A China trabalha com o que chama de articulação de diversos sistemas de propriedade. Tem o sector público que é o governo, sistema descentralizado de gestão, tem grandes infra-estruturas. Tudo isso é Estado. Depois, há as indústrias privadas chinesas. Estas desenvolvem-se normalmente no quadro de mecanismo de mercado. Depois, há regimes especiais que são contratos de longo prazo com grupos internacionais, onde se definem as regras do jogo. Quem se instalar na China terá de ter uma determinada percentagem de chineses no conselho de administração. É importante que numa sociedade complexa moderna se trabalhe com vários subsistemas de propriedade e de gestão. Tem de ser muito pragmático.

O que sabe sobre o combate à corrupção em Angola?

Não tenho acompanhado, mas tenho um livro inclusive sobre a corrupção. Ajudei a levar para o Brasil o sistema de controlo de corrupção. Basicamente, é muito perigoso ou escorregadio transformar a luta contra a corrupção numa 'caça às bruxas'. O problema não são os corruptos. Quando um sistema não tem transparência, haverá corrupção, prende-se um corrupto e aparece outro. Uma coisa é combater a corrupção, outra coisa é usar a corrupção como alavanca política, isso é muito perigoso. Sabemos o que fazer para reduzir a corrupção, é transparência. Por exemplo, uma lei que foi feita no Brasil, que é interessante e é discutida internacionalmente, é um pequeno imposto, por exemplo, 0,2% sobre toda a transacção financeira. Como paga impostos, toda a transacção é registada, são facilmente acompanhados. A solução não passa por encontrar o 'bode expiatório' como fizeram com Lula (Lula nunca foi corrupto), mas gerar um sistema onde as contas são de consulta pública. É perfeitamente viável de se organizar na era da informática

Com as novas autoridades brasileiras, vê a possibilidade de se reabrirem, por exemplo, linhas de financiamento do BNDES para Angola?

Com este governo, é muito difícil porque estão a usar os bancos essencialmente para lucros financeiros e transferências internacionais para paraísos fiscais. O nosso ministro da Economia, Paulo Guedes, é co-fundador de um banco, o BTG Pactual. É um banco basicamente de gestão de fortuna. É um banco relativamente pequeno. Chamam de banco de investimento, mas não investe. O que faz é pegar nas grandes fortunas e encontrar lugares confortavéis para as grandes fortunas se esconderem. Tem 38 filiais em paraísos fiscais. Não é só que não está a pensar em financiar Angola, mas não está a pensar financiar a produção sequer no Brasil.

PUB

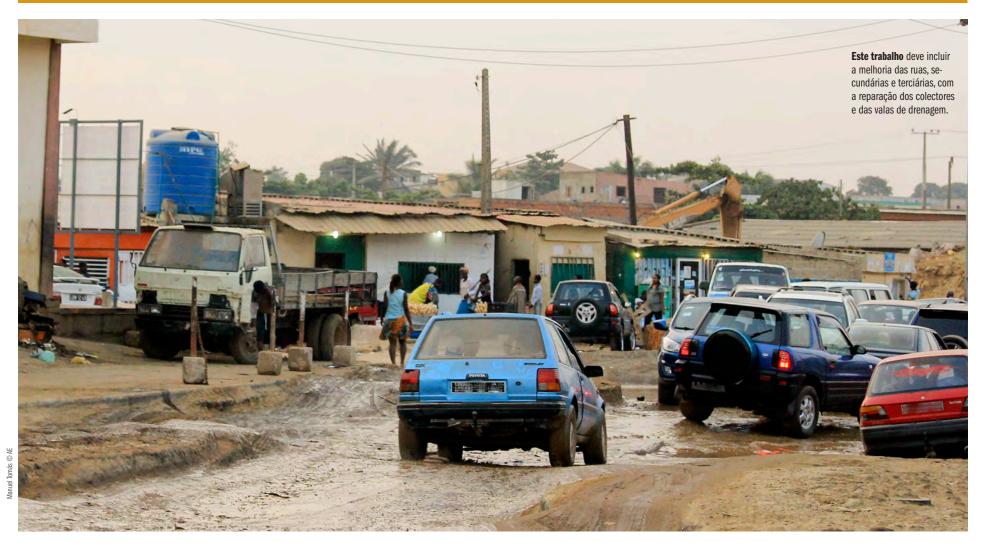


Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda Call center (+244) 947 992 829 (+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Economia/Política



ESCOLAS, HOSPITAIS E ASFALTAGEM DE ESTRADAS ENTRE AS PRIORIDADES

Administradores recebem dinheiro do PIIM

AUTARQUIAS. Municípios já começaram a receber os 25 milhões de kwanzas mensais do PIIM. Responsáveis municipais definem prioridades.

Por André Kivuandinga

s municípios começaram a receber, este mês, as primeiras verbas originárias do Plano Integrado de Intervenção Municipal (PIIM). Ao VALOR, alguns administradores dão 'pistas' de como pensam usar os primeiros

25 milhões de kwanzas, estabelecendo as prioridades.

Na Ganda, em Benguela, Francisco Prata já tem planos para canalizar o dinheiro: reforço da capacidade de intervenção do hospital com a instalação de um bloco operatório, sala de Raio X e de uma área de estomatologia. No global, este investimento deverá consumir mais de 203 milhões de kwanzas. "Esta é a principal prioridade", revela o administrador, acrescentando que estão previs-

tas também a construção e a reabilitação de estradas.

Para a terraplanagem das vias, "serão investidos mais de 43 milhões de kwanzas, cuja prioridade vai para a intervenção pontual na Serra do Ngangawe e para a recuperação de sete quilómetros do troço entre Casseque e Chikum. Com a verba já disponível, prevê--se que, nos próximos dias, seja realizado o concurso público de adjudicação das obras, "para que tenham início antes da época chuvosa". Em Luanda, o administrador do Rangel, Francisco Domingos, sem avançar valores da execução das obras, coloca o saneamento básico "entre as prioridades". "Este trabalho deve incluir a melhoria das ruas, secundárias e terciárias, com a reparação dos colectores e das valas de drenagens para facilitar o escoamento das águas residuais e das chuvas", explica. As administrações dos distritos "não têm orçamentos, apenas definem prioridades que são encaminhadas pelas administrações municipais, como responsáveis pela gestão dos orçamentos", adverte.

O governante destaca que o trabalho que tem sido feito "serve apenas para minimizar os problemas", por isso, "desta vez, há que fazer um trabalho de fundo, pois Segunda-Feira 29 de Julho 2019
Valor Económico | 5

35

CACUACO tem 35 mil crianças fora do sistema do ensino, para "combater esse mal", são necessárias 20 a 30 escolas de 12 salas, que podem ser construídas nos bairros Belo Monte, Mulenvos, Funda, Kikolo e Sequele.



Francisco Domingos, administrador do Rangel



Augusto José, administrador de



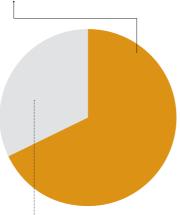
Fernando Eduardo Manuel, administrador de Viana



Hélder Manuel Balsa, administrador do distrito da Samba

Projectos previstos

Em um ano, o PIIM prevê efectuar 1.864 projectos e intervenções, sendo 68% da responsabilidade das administrações municipais.



Os restantes 32% são da responsabilidade dos governos provinciais e ministérios, nas áreas da educação, saúde, infra-estruturas administrativas, das vias de comunicação secundárias e terciárias, segurança pública, do saneamento básico, energia e água.



Construção de 500 escolas primárias e mais de 4.000 salas de aulas



Construção de oito edifícios para o funcionamento das autarquias



Construção de 236 projectos de asfaltagem, reabilitação, terraplanagem de estradas e instalação de pontes



Construção, reabilitação e apetrechamento de 200 hospitais



Construção de 36 complexos residenciais

PIIM em números Orçamento geral:

Orçamento geral: 2 mil milhões de dólares

Municípios 164

Total de projectos 1.864

Escolas 500

Hospitais 200

Complexos residenciais 36

Edifícios autárquicos 8

Vias de comunicação 236

reconhece. Algumas casas poderão ser demolidas para facilitar o alargamento das vias. O administrador da Samba, Hélder Manuel Balsa, define como prioridades a melhoria da saúde, educação e

minimizar já não faz sentido",

a melhoria da saúde, educação e saneamento básico e a realização de uma governação mais próxima das comunidades.

Em Oncócua, no Cunene, as prioridades passam pela reabilitação de 40 quilómetros da estrada que liga o município a Chitado e pela construção de um centro de formação profissional, além de um sistema de captação de água, projectos que podem absorver do PIIM 1,1 mil milhões de kwanzas.

Constam ainda, da lista de projectos do município liderado por Mbambi Kiane, a reabilitação e o apetrechamento do lar infanto-juvenil, que tem uma capacidade para acolher 200 pessoas e a terraplanagem de vias secundárias e terciárias, como ficou definido na reunião de auscultação do Conselho Municipal das Comunidade, em Junho.

Em Viana, as prioridades definidas no PIIM foram elaboradas pelo anterior administrador, pelo que Fernando Eduardo Manuel promete "apenas dar sequência à execução". Como prioridades, estão definidos programas para a construção de mais escolas, hospitais e também a reabilitação e asfaltagem de ruas e estradas. O plano prevê uma intervenção na estacagem de ravinas.

Augusto José, administrador de Cacuaco, define como prioridades a reabilitação de estradas, a construção de mais escolas e hospitais e o apoio aos camponeses filiados em cooperativas. As estradas da 'Recolix', da 'Cerâmica', do Belo Monte e do Kikolo estão entre as prioridades, com a construção das respectivas pontes. O projecto de desassoreamento e requalificação da zona marítima para transformá-la em zona turística também faz parte do plano.

Cacuaco tem 35 mil crianças fora do sistema do ensino, pelo que, para "combater esse mal", são necessárias 20 a 30 escolas de 12 salas, que podem ser construídas nos bairros Belo Monte, Mulenvos, Funda, Kikolo e na centralidade de Sequele, zonas que registam uma grande densidade populacional. Os projectos que também andam parados serão "comtemplados para a sua conclusão", prometeu.

SEGUNDO PLANO ESTRATÉGICO DA AGRICULTURA

Governo recomenda uso da madeira dos polígonos florestais para industria e construção

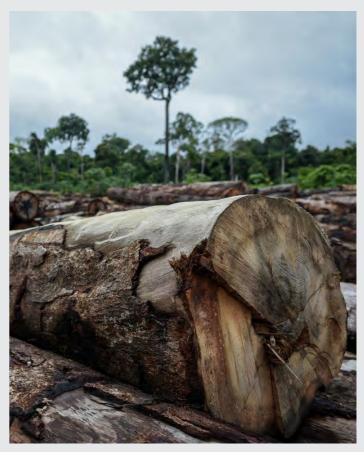
O Governo recomendou o aproveitamento da madeira dos polígonos florestais para a construção e indústria de mobiliário, devido à mudança dos objectivos para os quais foram criados, há 65 anos, nomeadamente a utilização nos caminhos-de-ferro.

O conselho consta no Plano Estratégico de Intervenção nos Perímetros Florestais elaborado pelo Ministério da Agricultura e Florestas orientando que a madeira restante seja disponibilizada para a indústria de mobiliário, contraplacado, postes e construção.

A estratégia refere que as actuais locomotivas já não são movidas a lenha e, em grande medida, as travessas de madeira foram substituídas por outro tipo de material, situação que "limita consideravelmente o aproveitamento dos actuais polígonos florestais, com mais de 65 anos, quanto aos objectivos que levaram ao seu estabelecimento".

A exploração do material lenhoso nos actuais polígonos florestais deve estar a cargo das empresas públicas, privadas, investidores nacionais e estrangeiros, na base de contrato de concessão florestal, por via de concurso público e adjudicação a empresas públicas vocacionadas para constituírem parcerias público-privadas.

Os contratos de concessão florestal concedidos e a extracção de material lenhoso estão condicionados ao reflorestamento das áreas exploradas.



Economia/Política

JOSPHART MAIKARA ENTENDE QUE HÁ INIBIÇÃO DO EMPRESARIADO ESTRANGEIRO

Embaixador do Quénia critica emissão de vistos de Angola

COOPERAÇÃO. Diplomata queniano manifesta-se contra a burocracia imposta por Angola. Embaixador angolano lembra que as dificuldades são motivadas por questões de segurança.

Por Antunes Zongo

embaixador do Quénia considera a morosidade na emissão de vistos para Angola uma inibição para qualquer investidor estrangeiro, advertindo que, se o Governo "pretende, de facto, atrair homens de negócios" tem de ser "mais ágil" na autorização de entrada. Sugere ainda que as embaixadas parem de realizar "70 perguntas ao estrangeiro" que ambiciona entrar no país.

Josphart Maikara entende ser "possível" a partilha turística - em que um estrangeiro alheio às fronteiras africanas possa visitar três ou mais países sempre que vem ao continente - mas antevê falhas, face ao actual modelo angolano.

O diplomata participou na Conferência de Comércio Quénia-Angola, que decorreu em Luanda, na semana passada.

O Governo deu indicações de pretender captar mais investimento estrangeiro e atrair turistas, com a aprovação da nova lei de investimento privado, e com a isenção de visto turístico a cinco países, bem como a simplificação de vistos a 61 Estados. Mas o decreto que formaliza essas facilidades não abrange boa parte dos habitantes do Oeste africano, que mais têm procurado Angola para investir em pequenos negócios, como cantinas, por exemplo. E são eles que, à semelhança do embaixador queniano, se queixam da morosidade na emissão de vistos, o que os leva a entrar em Angola pela 'porta do cavalo'.

O embaixador angolano acreditado no Quénia, apelou, entretanto, à compreensão, justificando as restrições com a necessidade da "manutenção da segurança nacional", tendo apontado, como exemplo, o elevado número de imigrantes ilegais repatriados e convidados a abandonar o país, no âmbito da 'Operação Transparência', realizada entre 2018 e 2019. "Há muitos estrangeiros que procuram dar entrada à noite e a operação permitiu-nos perceber o vasto número de ilegais que tínhamos e que ainda se dedicavam à exploração de diamantes", sublinhou Sianga Abílio, sem deixar de destacar as novas políticas migratórias.

Kuyanga Diamantino, directora da Kadd-investimentos, empresa angolana especializada na condução de turistas no espaço africano, autora da proposta de

MEMORIZE

O embaixador angolano acreditado no Quénia apelou, entretanto, à compreensão, justificando as restrições com a necessidade da "manutenção da segurança nacional", tendo apontado, como exemplo, o número de imigrantes ilegais repatriados, no âmbito da 'Operação Transparência', entre 2018 e 2019.

"partilha turística" entre Estados, corrobora com o embaixador Sianga Abílio e observa que o Quénia "abriu as fronteiras" por ter "vizinhos menos complicados" do que os de Angola.

INVESTIMENTO ESTIMADO EM 1,2 MILHÕES USD

Até ao momento, apenas duas empresas quenianas operam em Angola, com investimentos avaliados em 1,2 milhões de dólares.





Segunda-feira 29 de Julho 2019
Valor Económico 111

O GOVERNO aprovou o aumento da tarifa dos transportes públicos colectivo de passageiros terrestres e marítimos, para preços que variam dos 50 para os 150 kwanzas. O secretário de Estado dos Transportes para a Aviação Civil, António da Cruz Lima, referiu que o Governo teve em conta a sustentabilidade económica do sector e a redução dos subsídios.





38 PROJECTOS EFECTIVADOS EM 155

AIPEX regista 24% de execução

Agência de Investimentos e Promoção das Exportações (Aipex) validou, desde a aprovação da nova lei de investimento privado, em Agosto de 2018, a Junho de 2019, 155 projectos orçados em pouco mais de 1.000 milhões de dólares e com a estimativa de criação de 11 mil postos de trabalho.

Foram executados 38, com um investimento na ordem dos 775 milhões de dólares, fixando em cerca de 24,5% o nível de execução dos projectos. Os restantes ainda se encontram em fase de implementação e estão avaliados em 667 milhões.

Luanda é a província que mais regista investimentos, não obstante os reduzidos incentivos fiscais. Cabinda, Zaire e outras circunscrições distantes da zona costeira têm maiores incentivos, podendo ultrapassar os 70% de descontos em determinados impostos.

Para controlar a implementação dos projectos após a apresentação das propostas, a Aipex exige um "leque de documentos e informações" que lhe permitam atempadamente aferir se os montantes declarados são "objectivamente suficientes" para a implementação dos projectos que são classificados em três componentes: registo, acompanhamento e fiscalização. No âmbito do acompanhamento, três meses depois do início da implementação, o empresário tem 15 dias para apresentar o relatório sobre o que foi desenvolvido. E o documento passa a ser actualizado de três em três meses.

A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (Aipex) diz estar empenhada em alterar o quadro. Além de haver poucas empresas quenianas, não há nenhuma companhia angolana naquele país registada pela Aipex.

Cândido Cornélio, chefe do gabinete do PCA da Aipex, manifestou-se confiante no aumento de negócios quenianos no país com a realização da conferência entre os dois países. "Os empresários quenianos já manifestaram interesse em investir e será em áreas que carecemos de incrementos, como a educação, agricultura, saúde e turismo", sublinhou.

UNIVERSIDADES PROCURAM PARCEIROS

A Conferência de Comércio Quénia-Angola trouxe cerca de 90 empresas quenianas, com destaque para as do ramo industrial, 155

Número de projectos validados pela Aipex, desde Agosto de 2018, a Junho de 2019

775

Milhões de dólares é o valor estimado dos 38 projectos já executados.

agrícola e do ensino universitário. Enquanto outras optaram ainda por identificar as áreas em que poderão intervir. As do ensino, com destaque para as universidades Monte Quénia e a Católica de Tangas, já lançaram convites para parcerias às instituições de ensino superior angolanas, além de apelarem aos jovens a formarem-se nas faculdades no Quénia, em detrimento do ensino no exterior do continente.

A universidade Monte Quénia, por exemplo, existe há 11 anos e tem extensões no Sudão e no Ruanda, que totalizam 11 mil estudantes.

A empresa Gorongo-chá, ligada ao sector agrícola, também expressa vontade em encontrar um parceiro angolano. Criada em 2003, produz quatro mil toneladas de chá por ano.

NO KWANZA-NORTE

30 toneladas de café sem compradores

m total de 30 toneladas de café restantes da colheita do ano passado mantêm-se armazenadas sem compradores, no Kwanza-Norte, devido a um suposto boicote imposto pelos compradores pelo aumento do preço desta cultura.

O chefe da brigada técnica

O chefe da brigada técnica do café em Ambaca, Santana Sebastião, assegura que está a decorrer um trabalho de sensibilização permanente para este ajuste, ao qual já aderiram 219 fazendas e duas empresas de comercialização da região. Ao 'Jornal de Angola', os cafeicultores adiantaram que o preço anterior não compensava os custos de produção, principalmente no que toca à colheita e à poda. Há ainda dificuldades na aquisição de meios de produção como limas, catanas, insecticidas e o transporte para os locais de venda. As dificuldades têm feito com que muitos produtores desistam e migrem para o cultivo da mandioca.

O Kwanza-Norte conta com 750 fazendas de café. Para este ano, está prevista a colheita de 600 toneladas, mais 50 em relação ao que foi colhido no ano passado. Na província, não há registo de produção industrial.

Mercados & Finanças

APÓS SEIS MESES DE INACTIVIDADE COM RETIRADA DA LICENÇA

Tribunal decide esta semana se houve falência no Banco Mais

BANCOS. Accionistas do banco estão, desde a semana passada, à espera de decisão do tribunal. Sentença deve ser conhecida esta semana quando o banco já tem acumuladas dívidas com trabalhadores e parceiros comerciais.



Por Nelson Rodrigues

sentença de falência, interposta pelo Banco Nacional de Angola (BNA) no Tribunal de Luanda contra o Banco Mais, deve ser conhecida esta semana, mais de seis meses depois de ter sido revogada a licença da entidade. A última audiência que discutiu os quesitos decorreu há uma semana.

Com a declaração do Tribunal, fica-se a saber se o banco esteve ou não falido por altura da revogação da licença, assim como se pode avaliar se a entidade volta ou não a operar no mercado nacional.

Mas não há muita crença por parte do grupo de accionistas que

a segunda hipótese se efective. "O Ministério Público é categórico em dizer que não é isso que pretende. Aí há uma intenção clara de o regulador, representado pelo Ministério Público, de encerrar o banco. A menos que o juiz tenha outro entendimento", admite, ao VALOR, um dos accionistas minoritários do banco.

Segundo este accionista, os 'shareholders' "estão à espera de ver qual será o caminho da sentença" e assegura que a equipa de peritos do banco tem estado a trabalhar no sentido de inverter o quadro. "O banco parou de trabalhar não é porque faliu. Foi por uma decisão precipitada do próprio BNA", acusa.

Esta é, de resto, a posição que vem sendo marcada pela defesa do banco, representada pelos advogados Augusto Inglês, Ana Paula Godinho e Edson Calei.

Nas várias sessões de produção de provas, a defesa argumentou que o banco não só não faliu, como tinha solvabilidade até ao

momento da retirada da licença. A mesma leitura foi apresentada pelo perito independente da Ordem dos Contabilistas de Angola que, além de contestar a falência, em tribunal, apontou inclusivamente a fase em que o banco registava um aumento assinalável na captação de depósitos, o que coincidiu com o período da abertura das agências da entidade. O relatório do BNA referente ao terceiro trimestre de 2018 também mostra progressão do banco em várias rubricas, contrariando o cenário de falência.

INCUMRPRIMENTO DO AUMENTO DE CAPITAL NÃO IMPLICA FALÊNCIA

Ao desmontar os argumentos do BNA, a defesa observou que o não aumento do capital, determinado pelo Aviso 2/2018, e que esteve na base da retirada da licença, não ocorreu por razões imputáveis ao banco, mas antes ao regulador, uma vez que este nunca chegou a pronunciar-se sobre o pedido

de entrada do novo accionista, situação que permitiria o cumprimento da exigência do banco central. A este argumento os advogados de defesa juntaram outro, segundo o qual o não aumento do capital nunca implicaria, em termos legais, o encerramento do banco, o que abre hipóteses para uma decisão do Tribunal no sentido do indeferimento do pedido de falência interposto pelo BNA.

DÍVIDAS "AVULTADAS"

Desde Janeiro que o Banco Mais acumula dívidas com arrendamento, colaboradores e outros ainda por calcular, mas "consideráveis", admite o accionista. "Temos colaboradores e essa deveria ser a principal preocupação do próprio BNA, porque acabou por levar para o desempregado cerca de 60 famílias", conferiu.

Ao longo dos últimos seis meses, as dívidas têm-se "avolumado, os colaboradores também estão com os salários e subsídios parados. E tudo isso será depois avaliado no final do processo, no âmbito da sentença que vai ser produzida, reforça.

...PARA PAGAR

Desde a retirada da licença, tem sido o BNA a gerir os recursos do banco e depósitos de clientes. Questionado sobre quem se pode responsabilizar pelas dívidas e a situação patrimonial do banco, o accionista não hesita em apontar o próprio Banco Mais: "O banco terá de pagar isto."

Para este accionista, ao retirar a licença de operação, o banco central "colocou em causa a segurança e a certeza jurídica, na medida em que existia uma lei, embora não formal, mas no sentido material que é o aviso número 2". "E era com base no aviso que o BNA deveria ter agido. Ou seja, poderia, no momento posterior, e não aquele, revogar a licença caso o banco ou os bancos insistissem em não aumentar o capital, nem adequarem os fundos próprios regulamentares".

Segunda-feira 29 de Julho 2019
Valor Económico 113



O COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA (CPM) do Banco Nacional de Angola deci-

(CPM) do Banco Nacional de Angola decidiu manter, em 15,50%, o juro de referência, a Taxa BNA, de acordo com um comunicado saído da última reunião de sexta-feira.

menos crescimento

Seguradoras com

ANÁLISE ÀS CONTAS DE 15 OPERADORAS EM 2018

ai P

SEGUNDO O CEO

CaixaBank "sem pressa" de sair do BFA

O grupo espanhol Caixa-Bank manifestou-se "muito satisfeito" com a evolução da economia angolana e "sem pressas" para vender a participação de 48,1% que tem no Banco de Fomento Angola (BFA).

Citados pela Lusa, os dados do primeiro semestre do CaixaBank, revelam lucros de 622 milhões de euros, que incluem os 46 milhões de dividendos que recebeu da participação que tem no BFA, através da sua filial portuguesa, o BPI.

"Vemos com satisfação que o BFA continua a ter uma gestão boa e rentável e temos muita paciência na procura do momento e da forma para reduzir a nossa participação" no banco, disse o presidente executivo do CaixaBank, Gonzalo Gortázar.

Gortázar manifestou-se "muito satisfeito com a evolução da economia angolana e, sobretudo, com as medidas que estão a ser tomadas pelo Governo". Deu exemplos do empréstimo concedido pelo Banco Mundial de mil milhões realizado a uma taxa de juro de 3,5%, a desvalorização da moeda e a luta contra a corrupção.

"Tudo medidas na boa direcção que fazem parte de um processo correcto da evolução da economia", resumiu.

CONTAS. Volume de negócios cresceu menos, em termos percentuais, face a igual período anterior. Em 2017, seguradoras registaram avanço nos prémios de 19,4%, 2018 não passou dos 17,1%. Balanço coloca Saúde na liderança dos produtos que mais ajudam nos negócios.

Por Nelson Rodrigues

m grupo de 15 seguradoras, entre as 27 que se encontram em Angola, fechou o exercício financeiro do ano passado com um volume de prémios brutos emitidos a crescer 17,1% para 135.587 milhões de kwanzas, indicam números da Associação de Seguradoras de Angola (Asan). Face aos 19,4% de até ao final de igual período anterior, registou-se um recuo de 2,3 pontos percentuais na taxa de crescimento.

A Asan não nomeia as margens individuais, mas garante que o grupo representa 99,48% da totalidade do mercado, citando outros dados da Agência de Regulação e Supervisão de Seguros de Angola (Arseg).



A Empresa Nacional de Seguros de Angola (Ensa) e a Saham Angola, recentemente comprada por empresários marroquinos aos sul-africanos da Sanlam e da Santam Insurance, controlam parte significativa do mercado segurador, com a primeira a liderar em quota de mercado. São indicadores que colocam as duas seguradoras entre as consideradas no estudo.

Os prémios de seguros têm tido – e aconteceu também em 2018 – uma progressão abaixo da taxa de inflação, o que se traduz, como consequência,

"numa redução progressiva da taxa de penetração dos seguros (Prémios/PIB)", aponta a Asan.

Dos ramos de seguros que mais se destacaram no peso da facturação ao longo de 2018, figura a saúde, com uma participação de 41,6%, o automóvel, com 16,9%, e o seguro de trabalho, que participou com uma margem de 12,1%. Imediatamente a seguir ao seguro de trabalho, surge da petroquímica com 9,7%, para depois se seguirem os de incêndio e outros danos que, em conjunto, representaram 10,9% dos prémios.

41,6

Por cento é a participação do seguro de saúde sobre o total de prémios emitidos no período.

CONCENTRAÇÃO ELEVADA

Outro destaque do estudo da Asan tem que ver com a concentração do mercado. Segundo o estudo, o "mercado de seguros continua a apresentar um grau de concentração muito elevado que se traduz num peso relativo das cinco maiores seguradoras da amostra de 77,0%, de 17,9% das cinco seguradoras a seguir e de 5,1% das cinco restantes".

As seguradoras que fazem parte da amostra são a BIC Seguros, Bonws, Confiança, Ensa, Fidelidade, Fortaleza, Global Seguros, Nossa, Mundial, Protteja, Prudencial, Saham, SOL Seguros, Tranquilidade e Trevo Seguros.

PENETRAÇÃO ABAIXO DE 1%

Até ao final do primeiro semestre, o órgão regulador, a Arseg, tinha calculado o índice de penetração do sector na economia abaixo de 1%, uma margem que já vem de há vários anos.

No período, o líder do organismo, Aguinaldo Jaime, afirmava que Angola continuava com uma taxa de penetração de seguros "muito baixa, pelo que fundamentou, entre outros factores, com a crise financeira. Ao explicar as razões para o fraco desempenho do sectoe, o responsável apontava ser "normal" que as famílias e as empresas procurassem diminuir alguns dos seus gastos, "sobretudo os supérfluos".

14 Valor Económico Segunda-Feira 29 de Julho 2019

Empresas & Negócios

EM PARCERIA COM A UNACA

Empresa quer criar um 'novo' Papagro

COMÉRCIO. Grupo quer formalizar agricultores na venda de produtos a pensar no IVA. Confederação dos camponeses vai coordenar e gerir o projecto.

Por Isabel Dinis

empresa Frutas
e Legumes e a
Confederação
das Associações
de Camponeses
e Cooperativas
Agro-pecuárias de Angola (Unaca) pretendem
criar centros para a comercialização de produtos agrícolas em todas
as províncias.

A iniciativa visa essencialmente facilitar a venda dos produtos nacionais e adequar o sistema de comercialização dos produtores à introdução do Iva.

O projecto assemelha-se ao programa governamental de aquisição de produtos agrícolas (Papagro) que foi descontinuado. Os promotores privados acreditam que, desta vez, "vai funcionar".

Segundo o director-geral da Frutas e Legumes, o projecto "tem tudo para resultar" devido à capacidade financeira do seu grupo e à parceria com a Unaca. Edmilson Vander entende que, diferente da iniciativa governamental, a tarefa de viabilizar projectos do género é e deve ser apenas dos privados. "O Estado nem devia começar com o Papagro. Ao Governo cabe apenas o apoio institucional em projectos semelhantes", sublinha.

Para esta semana, está programada a apresentação do projecto ao Ministério da Agricultura e a definição de pontos estratégicos do funcionamento da iniciativa. Mil hectáres de produção é a meta que a empresa Frutas e Legumes pretende atingir.

27

Mil milhões de kwanzas é o valor da facturação da Fruta e Legumes até ao primeiro semestre deste ano. No ano passado todo, conseguiu facturar 3,7 mil milhões de kwanzas.

Edmilson Vander revela que os planos da instituição passam por atingir uma facturação superior à alcançada no ano passado. O objectivo é chegar aos cerca de seis mil milhões de kwanzas.

Os maiores dos clientes são as grandes cadeias de supermercados, hotéis, restaurantes e empresas de 'catering'.

O grupo, além de projectar investir nos centros, também planeia propor ao Governo uma parceria, baseada na gestão das fazendas que não estejam a produzir por falta de capacidade financeira. "Queremos atingir até 10 mil hectares de produção. O nosso projecto é grande. Não queremos participar do concurso público promovido pelo Estado para a venda destas unidades porque sabemos em que vai dar. Pretendemos mesmo uma parceria, mesmo que seja um terreno. Temos capacidade financeira. Estamos limpos no mercado", assegura o director da Fruta e Legumes.

Activo há 10 anos e autodenominando-se principal vendedor de frutas e legumes das cadeias de supermercados de Angola, o grupo angolano, mas com capitais sul-africanos, só agora tem a certeza dos investimentos que pretende fazer, como justifica, por causa da mudança de governação. "Desde a subida do Presidente da República, João Lourenço, que os investidores sul-africanos estão com uma vontade grande de investir em Angola. E, com isso, pretendemos investir na agricultura com a ambição de ser um dos maiores produtores agrícolas, principalmente da batata."

A empresa Fruta e Legumes importa cerca de 70% dos produtos. A meta do grupo é importar cada vez menos o que já é produzido em Angola e acredita que existem potencialidades para a produção local.

A mudança não envolve deixar de importar algumas frutas como kiwi, maças, pêras, ameixas e pêssegos. Edmilson Vander reconhece que Angola "não tem clima para produzir essas frutas com a qualidade que os clientes desejam".



DE MAIO A JULHO

Biocom aumenta produção de açúcar

A Companhia de Bionergia de Angola (Biocom) produziu durante de Maio a Julho deste ano 50 mil toneladas de açúcar, mais 10 mil toneladas em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo o director de operações e agro-industriais da empresa, Ricardo Guerra, o índice de produtividade surpreendeu a direcção da empresa, tendo em conta que, em relação ao ano anterior, houve um aumento de mais de 20% acima da produção agrícola esperada.

No mesmo período, a Biocom produziu também 8.500 metros cúbicos de etanol e 25 mil megawatts de energia eléctrica. Foram plantados mais de 26 mil hectares de cana-de-açúcar e esperase colher 20 mil toneladas do produto.

A produção de açúcar da Biocom destina-se ao mercado interno, a energia eléctrica tem como cliente a Rede Nacional de Transporte de Electricidade (RNT) e o etanol é fornecido às industrias de bebida e produtos de limpeza.

A Biocom é a primeira empresa de Angola a produzir e a comercializar açúcar, etanol e energia eléctrica a partir da biomassa. Segunda-feira 15 de Junho 2019
Valor Económico 15

SIAC – Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão arrecadou, durante o primeiro semestre deste ano, 36,9 milhões de kwanzas proveniente de emolumentos. O montante representa um aumento de 13% em relação a igual período de 2018, em que a companhia arrecadou 32,5 milhões de kwanzas.

PODERÁ SER O PRIMEIRO PAÍS A IMPORTAR A MARCA ANGOLANA ANGOLANO

Angoplaste estuda mercado da RDC

INDÚSTRIA. Empresa angolana produz 200 milhões de preformas de plástico, mas tem capacidade instalada de 300 milhões. RDC poderá ser o primeiro país a receber o produto angolano.

Por André Kivuandinga

empresa angolana de plásticos 'Angoplaste', produtora de preformas PET de transformação de vasos, marmitas, copos, tigelas, pratos e garfos de plásticos descartáveis, está em negociações com clientes da República Democrática do Congo. Representantes de produtoras de água e de outras bebidas visitaram as instalações da Angoplaste e mostraram-se interessados em adquirir produtos para substituir as importações feitas na Europa e em outros mercados fora de África. O director-geral, Sérgio Dias, acredita que o contrato com estas empresas poderá ser assinado nos próximos dias, estando em estudo alguns detalhes para a efectivação do negócio.

Por enquanto, a empresa tem apenas no mercado nacional os seus clientes e os produtos "têm sido bem adquiridos", registando uma facturação que possibilita realizar investimentos.

A Angoplaste tem capacidade para produzir 300 milhões de preformas/ano, mas a produção efectiva é de 200 milhões anuais. Regista um consumo mensal de 500 toneladas de produtos comprados por todas as empresas de enchimento de água e fabricantes de refrigerantes do país.

O responsável da empresa descarta, por agora, a possibilidade de expansão da fábrica, realçando que o "negócio tem um mercado muito específico", com a manutenção das máquinas feita via internet.

A matéria-prima, conhecida por PET, que é usada para transformar em plástico, é originaria do petróleo, pelo que a indústria sente a variação dos preços. Quando o preço do petróleo sobe, o PET também sobe, por falta de fábricas em Angola. Por isso, toda a matéria-prima é importada.

O gestor aponta a importação, acesso à água e à electricidade como as "grandes dificuldades

que tem enfrentado". Para contornar o "fraco acesso à energia", a empresa teve de comprar geradores que têm contribuído para o aumento dos preços do produto final. "Além dos geradores, tivemos de comprar um posto de transformação de energia e os custos são adicionados no produto final", lamentou.

A Angoplaste labora há um ano e está situada na Zona Económica Especial Luanda e Bengo. Resultou de um investimento inicial de cerca de 20 milhões de dólares e emprega 32 pessoas.



COMBOIO DE LUXO VOLTA EM 2020

Empresário sul-africano com 'olhos' no país

ohan Vos--Ceo, proprietário
do comboio
turístico de
luxo, assumiu, no dia
29, no Huambo, a intenção
de investir em Angola devido
às potencialidades que o país
possui nos vários domínios.

O empresário sul-africano,

que integra a caravana de 56 turistas de várias nacionalidades, pretende convidar, em breve, investidores do seu país a instalarem-se em Angola, "por ser uma terra com muito potencial".

O investidor disse estar "pessoalmente muito impressionado" com o que viu, sobretudo com o potencial turístico por se explorar no Huambo. E

perspectvou regressar em 2020, no próximo comboio que vai acontecer no mesmo período.

Vos-Ceo defende a necessidade de o Governo "divulgar e publicitar mais, de todas as formas, as potencialidades agrícolas e turísticas, para tornálas mais conhecidas", e, por esta via, serem mais atractivas aos 'olhos' dos potenciais investidores.

A ideia também é partilhada pela sueca Dina Hermelin, o sul-africano Nicolas Schofield e a inglesa Michelle Pretavius, que prometeram contribuir para a divulgação das imagens da realidade actual de Angola aos compatriotas.

Antes de se despedirem da governadora do Huambo, Joana Lina, os excursionistas, entre sulafricanos, norte-americanos, ingleses, suíços, holandeses, australianos e neozelandeses, percorreram as principais ruas da cidade e visitaram, entre outros, a fábrica de cerveja Nocebo Cuca, e o jardim da Culatra. O comboio encerra a sua viagem no Porto do Lobito, depois de ter partido a 14 de Julho de Dar Es Salaam, na Tanzânia, atravessou a Zâmbia e a RDC.

16 Valor Económico Segunda-feira 29 de Julho 2019

(In)formalizando

APESAR DA AMEAÇA COM MULTAS DE ATÉ 200 MILHÕES DE KWANZAS

TV comunitárias continuam informais



COMUNICAÇÃO. Diploma, aprovado em Novembro de 2016, prevê multa de até 200 milhões de kwanzas para operadores ilegais. Tv continuam a funcionar, mas com dificuldades. Ministério da Comunicação Social avisa para os riscos que os operadores ilegais correm.

Por Antunes Zongo

s televisões comunitárias, em diversos bairros de Luanda, continuam a funcionar na ilegalidade. Alguns operadores lançaram os projectos na esperança de que a nova lei, que regula o exercício de televisão, ditasse regras para o seu funcionamento, mas o diploma aborda apenas as televisões convencionais, canais televisivos, bem como as entidades distribuidoras. Postas de parte, as televisões comunitárias passaram assim a arriscar-se a multas de entre 80 milhões e 200 milhões de kwanzas, como estabelece o diploma.

Em 2009, a TV Marçal tinha sido interditada e o seu director detido, por alegada prestação de serviço ilegal, mas o Tribunal de Polícia absolveu-o, por "insuficiência de provas", tendo a televisão reaberto a emissão, que perdura até hoje.

Ao VALOR, Carlos José Manuel, coordenador-geral da TV Sambila, confessa não ter formalizado a empresa que detém a televisão. E justifica a informalidade com a falta de capacidade financeira. Jornalista, formado pelo Instituto Médio de Economia de Luanda, com passagem pela TV Marçal, diz ter criado a TV Sambila sem a "pretensão de estruturá-la como empresa", e que o objectivo inicial foi apenas de "entreter, formar e contribuir para a redução da criminalidade na zona".

Carlos José garante que, embora informal, a TV Sambila formou "muitos jovens" que hoje "emprestam" o seu saber noutras televisões e canais de referência, além de ter contribuído para a redução da fome e pobreza das famílias dos colaboradores, todos residentes naquela circunscrição.

Entre 2010 e 2013, sobretudo no período eleitoral de 2012, a estação chegou a arrecadar receitas mensais acima dos 100 mil kwanzas, com publicidade de festas, mas, nos últimos cinco anos, não tem conseguido sequer atingir os 35 mil kwanzas. Para assegurar a manutenção dos equipamentos e os salários, o coordenador-geral passou a investir o ordenado que aufere enquanto empregado de outra entidade.

No entanto, face às "imensas dificuldades financeiras", a TV,

que já opera há 10 anos, tem registado várias interrupções. "Já pedimos apoio a várias instituições públicas, incluindo à administração local, tanto é que os administradores todos que passaram pelo Sambizanga sabem da nossa existência. Muitos deles foram entrevistados por nós. Mas, por alguma razão que desconhecemos, ninguém nos quer estender a mão", lamenta Carlos José, que apela ao Governo a olhar para as TV comunitárias como "entidades que contribuem para o desenvolvimento sociocultural" local, ao invés de se "focar pura e simplesmente" nos aspectos legais.

À semelhança de Carlos José, Guilherme Paulo, director da TV Mira, no Cazenga, também garante ter concebido a estação com o objectivo de entreter e contribuir para a redução da criminalidade. Por hoje, pondera encerrar o projecto por falta de financiamento, sendo que já vendeu alguns equipamentos. Investiu pouco mais de 300 mil kwanzas para iniciar o negócio e passou a facturar, por mês, entre 50 mil e 70 mil kwanzas, com a cobertura de festas.

VIA DE EMISSÃO

As televisões comunitárias não são emitidas pelas plataformas de distribuição de canais, como a Dstv ou a Zap, por exemplo. Normalmente, usam operadores também informais que distribuem o sinal via cabo.

Para a transmissão dos canais neste sistema existente em muitos bairros de Luanda, os detentores criam um centro de controlo electrónico com diferentes descodificadores. Cada descodificador representa um canal e, com a ajuda de um equipamento que permite a ingerência da rede por satélite, faz a distribuição aos clientes, adicionando o canal comunitário.

MCS REAGE

O Ministério da Comunicação Social, entidade responsável pela emissão de licença e alvará para as televisões, não tem ainda registo de nenhuma televisão comunitária. Ao VALOR, Rui Vasco, director Nacional de Informação, apela aos investidores a procurarem o Ministério, sublinhando haver formas legais para dar volta à omissão na lei.

Rui Vasco garante já haver requerimentos a serem analisados, mas chama atenção aos distribuidores informais de canais para os riscos que correm, caso estejam a expandir os sinais por fibra óptica ou por satélites, sem a autorização. "A gestão de frequência, por exemplo, mexe com o espectro rádio-eléctrico nacional, que é uma questão sensível, porque toca com a aviação civil e a própria segurança nacional. Portanto, mexer nesses itens põe em causa muitos interesses nacionais", avisa Rui Vasco.



18 Valor Económico Segunda-feira 29 de Julho 2019

DE JURE

FACEBOOK

Zuckerberg será penalizado individualmente

O CEO do Facebook está sujeito "a penalidades civis e criminais individuais" em caso de violação do programa de privacidade, conforme acordo com a norte-americana Federal Trade Commission, no processo de violação da privacidade dos usuários da rede social.

Segundo a decisão, "o Facebook será obrigado a designar oficiais de conformidade que serão responsáveis pelo programa de privacidade" e esses responsáveis "estarão sujeitos à aprovação do novo comité de privacidade do conselho e só poderão ser removidos por esse comité - não pelo CEO do Facebook ou pelos funcionários do Facebook".

Assim como o CEO do Facebook, os oficiais de conformidade "devem apresentar independentemente as certificações trimestrais da FTC que a empresa está em conformidade com o programa de privacidade exigido pelo pedido, bem como uma certificação anual de que a empresa está em total conformidade com o pedido". "Qualquer falsa certificação irá sujeitá-los a penalidades civis e criminais individuais", lê-se no acordo que determina "uma multa recorde de cinco mil milhões de dólares" ao Facebook que se submeterá a novas restrições.

A decisão surgiu na sequência de acusações da Comissão Federal de Comércio de que a empresa violou um pedido de FTC de 2012, enganando os usuários sobre a capacidade de controlar a privacidade das informações. O FTC justifica "a maior multa já imposta a qualquer empresa por violar a privacidade dos consumidores" com a necessidade não apenas de "punir violações futuras, mas, mais importante, para mudar toda a cultura de privacidade do Facebook para diminuir a probabilidade de violações contínuas".

AGT COM NOVO ORGANISMO

Criada Direcção dos Serviços do IVA



IMPOSTO. Nova direcção faz parte dos serviços executivos e é constituída por três departamentos. Substitui Grupo Técnico de implementação do IVA.

Por Redacção

Administração Geral Tributária (AGT) aumentou o número de serviços para 19 com a criação da Direcção dos Serviços do Imposto sobre o Valor Acrescentado (Iva).

A decisão consta no decreto Presidencial 215/19 e justifica-se com "a necessidade de se proceder à alteração do Estatuto Orgânico da AGT, prevendo ajustar a estrutura orgânica, bem como a inclusão de disposições normativas referentes à Direcção do Iva".

A nova direcção está enquadrada nos serviços executivos, em que também se encontram as direcções técnicas e de tributação especial, de serviços aduaneiros e fiscais e dos grandes contribuintes. "É o serviço executivo encarregado de desenvolver os trabalhos

preliminares sobre a implementação do Iva, nomeadamente, o desenho conceitual, o pacote legislativo e regulamentar, a gestão operacional e tecnológica, bem como todo o acompanhamento do processo pós-implementação", define o documento.

Entre as 26 competências desta nova direcção, destacam-se a de "estudar, conceber e propor as medidas legislativas e regulamentares, bem como acompanhar e executar a aplicação das normas legais respeitantes ao Iva" e "pronunciar-se sobre o sentido, alcance e âmbito de aplicação das normas" do imposto.

Está ainda habilitada a "conceber e actualizar modelos declarativos e formulários electrónicos", assim como "efectuar a liquidação e cobrança eficiente do imposto, centralizando a sua gestão", "fiscalizar as declarações e emitir as notificações de correcção sancionando as infracções, bem como promover a prevenção e reprimir a fraude e evasão fiscais".

14

Por cento é a taxa do Imposto de Valor Acrecentado que entra em vigor em Outubro.

MEMORIZE

• A direcção do IVA será constituída por três departamentos: o de normas e procedimentos, de prevenção e fiscalização do IVA e o departamento de reembolsos.

O decreto de 15 de Julho determina a entrada em vigor da nova direcção no dia da sua publicação. A Direcção do Iva será constituída por três departamentos: o de normas e procedimentos, de prevenção e fiscalização do Iva e o departamento de reembolsos.

O decreto de 15 de Julho determina a entrada em vigor da nova direcção no dia da sua publicação o que significa que, desde aquela data, era o Grupo Técnico de Implementação do Iva que respondia pelo processo de implementação do imposto. Tinha como coordenador Adilson de Jesus Manuel Sequeira que, cogita-se, será o primeiro a liderar a mais nova direcção da AGT.

O Iva deveria começar a ser cobrado a partir de 1 de Julho, mas, a 14 de Junho, foi acertado entre o Governo e o Grupo Técnico Empresarial (GTE) o seu adiamento para Outubro, na sequência de forte contestação, sobretudo da classe empresarial. Com uma taxa de 14%, o imposto teve entrada inicialmente prevista para Janeiro deste ano.

Segunda-feira 29 de Julho 2019
Valor Económico 119

Gestão



TENDÊNCIA PASSA POR VENDAS 'ONLINE' E POR 'DOWNLOADS'

Indústria dos videojogos em mudança

JOGOS. Indústria de videojogos está prestes a mudar drasticamente na próxima década. Jogos em nuvem, distribuição digital, novos modelos de receitas, novos participantes e maior regulamentação provavelmente serão algumas das maiores tendências.

Mercado a crescer

A Microsoft, o Google e outras empresas tecnológicas estão a investir para tornar os videojogos mais fáceis de transmitir como músicas no Spotify ou filmes no Netflix. O Projeto xCloud, da Microsoft, e o Stadia, do Google, prometem permitir que se jogue em 'smartphones', 'tablets', TV conectadas à internet e outros dispositivos. Permitir que as pessoas transmitam jogos sem precisar de um computador ou consola promete transformar a indústria. O mercado mundial de videojogos deve crescer 27% até 2026, prevê a Zion Market Research.



Revolução digital

Os consumidores largaram os CD e DVD, trocando-os por formas que permitem baixar ficheiros ou transmitir músicas, programas de TV e filmes. Os videojogos seguem o mesmo caminho, passando de discos físicos e cartuchos para arquivos digitais. As vendas físicas de jogos de computador caíram de 80% de vendas em 2009 para 17% em 2018, de acordo com a Statista e essa tendência deve continuar na próxima década. A distribuição digital é extremamente benéfica para os editores de videojogos, como a Ubisoft e a Electronic Arts, que economizam em custos de fabrico, remessa e armazenamento. Também podem cortar nos intermediários e vender os jogos directamente aos consumidores.

Novos jogadores

Por Redacção*

Os 'smartphones' e 'tablets' mais rápidos e mais baratos, a disseminação da internet sem fios e jogos móveis populares. como Candy Crush, criaram uma nova geração de jogadores casuais e permitiram que mais gente participasse na diversão. Estima-se que 2,3 mil milhões de pessoas - mais de 30% da população mundial - joguem activamente, de acordo com a Newzoo. O número crescente de jogadores provavelmente atrairá mais empresas para o sector. A Amazon está a desenvolver um servico de 'streaming' de acordo com a The Information e pode conquistar uma fatia considerável do mercado, já que é líder em computação em nuvem com a Amazon Web Services e é dona da Twitch, uma plataforma de videojogos. O Google também enfrenta a Microsoft, Sony e Nintendo com a Stadia Até o Walmart explora um serviço de 'streaming'

Receita 'frescas'

Os videojogos têm sido historicamente caros e os editores e revendedores obtêm as maiores receitas durante os finais de ano. Com a possibilidade de se baixarem os jogos, os videojogos passam a gerar cada vez mais receita durante o ano todo e não apenas no início e no final de cada ano.



Regulamento

É provável que os videojogos sejam capturados à medida que os órgãos reguladores se voltem para empresas de tecnologia como Facebook, Google, Amazon e Apple, fiscalizando os ecossistemas, manipulação de dados de usuários, falhas de privacidade, moderação das plataformas, práticas anticompetitivas e outros problemas. Os legisladores já discutem maneiras de reprimir as 'lootboxes' - recompensas aleatórias que podem ser compradas com dinheiro real. Os críticos argumentam que os criadores incentivam menores a aderirem a jogos de azar online, muitas vezes, com o dinheiro dos pais, mas sem o seu conhecimento.

*Businessinsider

20 Valor Económico Segunda-feira 29 de Julho 2019

Opiniões

Como a Inteligência Artificial está impactando a Indústria Financeira



CEO de i.Coll Soluções e CTO de Digitally Pay

Inteligência Artificial (A.I.) assim como o Blockchain e o Big Data, coloca na pauta de discussão, questões de grande impacto na sociedade e na economia global. Estamos falando de um processo disruptivo que está a afetar não só os modelos de negócios, mas também o mercado de trabalho. Enormes mudanças estão previstas no conjunto de habilidades necessárias para prosperar, negócios e pessoas, neste novo cenário. Inteligência Artificial no Mercado Financeiro: Bancos Os bancos tem sido instituições importantes na introdução da A.I. no mercado financeiro. E eles já entraram na onda usando não só para atendimento ao cliente, como para dar explicações sobre seus investimentos e jargões do setor. Outro uso da A.I no mercado financeiro é a personalização. Ou seja, os bancos, que possuem bancos de dados imensos sobre seus clientes, vão poder usar os bots para reunir tudo. Um recente estudo sobre o impacto da A.I. na economia revela que a A.I. é

um novo fator para medir os níveis de produção. A previsão é de que as taxas de crescimento econômico anuais sejam duplicadas até 2035 e a produtividade da força de trabalho ativa aumente em até 40%. Enquanto alguns pesquisadores preveem que a automação conduzida pela A.I. pode afetar 49% das atividades de trabalho e eliminar cerca de 5% dos empregos, um estudo da SalesForce aponta que até 2021, atividades de CRM habilitadas pela A.I. poderiam aumentar as receitas de negócios globais em US\$ 1,1 trilhão e criar 800 mil novos empregos novos - superando os perdidos para a automação. Já o artigo do New York Times, The Real Threat of Articial Intelligence - (https:// www.nytimes.com/2017/06/24/ opinion/sunday/artificial-intelligenceeconomic-inequality.html) apresenta uma outra perspectiva: "a transformação promovida pela A.I. resultará em enormes lucros para as empresas que a desenvolvem, bem como para as empresas que a adotam. Por outro lado, também está prestes a provocar uma diminuição em grande escala de empregos - principalmente aqueles de menor remuneração"

A A.I reduzirá brutalmente os postos de trabalho repetitivo. Sim. Isso é um fato. Mas também está a gerar um grande valor agregado e a impulsionar (novos) negócios, ou seja, estamos enfrentando dois desenvolvimentos que não se harmonizam facilmente: enorme riqueza concentrada em poucas mãos e um número enorme de pessoas fora do mercado de trabalho. O que precisa ser feito?



CFO do futuro – que desafios e ferramentas?



uis Files Uliveira, Genior Manager EY ngola

sucesso de uma organização depende, em parte, da competência do seu CFO. Responsável pelas actividades financeiras, este é frequentemente associado a um perfil técnico, tradicional, um 'homem das finanças'. Contudo, num ambiente de negócios em acelerada mutação e no qual se colocam um crescente número de desafios, este é um contexto único para que o CFO possa redesenhar o seu papel, balanceando as funcões 'tradicionais' com outro tipo de competências que apoiem o cresci-

mento e estratégia das organizações. Todo o 'líder de finanças' sentirá já a sua posição a ser moldada por forças externas. A disrupção do papel tradicional de CFO deve-se a factores como a disrupção digital, risco e incerteza, regulação e escrutínio dos 'stakeholders'. Destes (e porque são simultaneamente factores de mudança e ferramentas de resposta), destacam-se o digital (tecnologia) e dados ('data/analytics'). A disrupção digital é, simultaneamente, uma oportunidade (porque abre a possibilidade de novos modelos de negócios/fontes de receita) e uma ameaça (na medida em que torna as organizações mais vulneráveis a concorrência e riscos). Ao mesmo tempo, o acesso a mais/ melhores dados e ferramentas de análise ('analytics') está a alterar a forma como o CFO pensa acerca dos problemas do negócio, abrindo novas oportunidades e desafiando conceitos e convicções aceites e enraizadas nas organizações. Os dados financeiros podem ser transformados em narrativas com elevada utilidade e potencial para a organização.

Pode haver 'histórias escondidas' nos dados financeiros que poderão representar oportunidades de dar resposta a problemas das organizações ou identificar riscos que estas desconhecem ou nem sempre compreendem adequadamente. Novas aplicações de IT e infra--estruturas, ferramentas de análise preditiva e modernos modelos matemáticos, estão a abrir novas possibilidades para agregar, processar e interpretar grandes volumes de dados, gerando oportunidades para criar valor a partir dos mesmos. As 'financial analytics' ajudam a identificar tendências e anomalias de forma antecipada, reduzindo esforços e custos de validação à posteriori, aumentando a confiança nos números e processos; permitem monitorizar, em tempo real, controlos de performance e rastreabilidade; permitem à gestão tomada de decisão mais informada, contribuindo para redução de riscos (e.g. fraude e regulatórios), relevando-se - de forma indiscutível e inadiável - uma ferramenta vital para as organizações e, como tal, para o CFO do futuro.

Segunda-feira 29 de Julho 2019
Valor Económico | 21

Os dados sobre a governação, como quaisquer outras estatísticas oficiais, são um bem público e deveriam estar acessíveis a todos.

Como se mede a governação em África



larie Laberge

semana passada, vários ministros de Estado participaram no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas para analisarem a evolução dos países quanto à prossecução dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Inclui-se aqui o ODS 16, centrado na governação e que pretende promover sociedades pacíficas e inclusivas, acesso à justiça para todos e instituições responsabilizáveis a todos os níveis. Este objectivo inclui 12 metas que devem ser atingidas até 2030, sendo a evo-

Dos 51 países que se voluntariaram para relatar o desempenho neste fórum, mais de um terço (18) é oriundo de África – o maior contingente de sempre da região. Segundo um novo estudo do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais (ISAAI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os africanos estão entre os mais inovadores e empenhados na medição e divulgação do objectivo de governação. Esses esforços podem servir de exemplo a outros.

lução medida por 23 indicadores.

Esta conclusão pode parecer contra-intuitiva, dada a reputação de África como uma região assolada por desafios de governação significativos, frequentemente agravados por crises. Mas não surpreende os que se lembram das fases iniciais da elaboração dos ODS, em 2014. Os governos africanos desempenharam um papel central na defesa de um ODS 16 autónomo, com metas e indicadores exclusivos, ao contrá-



rio de estados-membros da ONU mais influentes, que pretendiam relegar as questões da governação e da paz para o preâmbulo da nova agenda global para o desenvolvimento.

O estudo ISAAI/PNUD, que inquiriu responsáveis governamentais e intervenientes não-governamentais em 38 países africanos, sublinha três modos principais que mostram como o continente se está a tornar um líder mundial na medição da evolução na governação.

Em primeiro lugar, África está a demonstrar que as 12 metas incluídas no ODS 16 são mensuráveis e que os serviços nacionais de estatística (SNE) conseguem produzir dados fiáveis sobre o acesso à justiça, a representação em instituições públicas e a participação política, por exemplo. Desde 2012, os estaticistas têm vindo a testar uma abordagem-piloto à institucionalização da produção de dados de inquéritos nacionais oficiais sobre governação, paz e segurança. Hoje, quase metade dos SNE africanos usa um módulo de inquérito que permite aos países darem informações - de uma só vez e a um custo mínimo - sobre 11 dos 23 indicadores previstos no ODS 16.

O sucesso desta iniciativa reflecte a preferência marcada dos decisores políticos africanos por estatísticas nacionais baseadas nas experiências dos cidadãos, em vez de indicadores internacionais de De outra forma, a verdadeira escala de violência, exclusão e discriminação permanecerá oculta e o potencial das informações cuidadosamente recolhidas para melhorar a vida dos cidadãos vulgares – em África e no resto do mundo – não será completamente explorado.

governação que reflectem as opiniões de 'especialistas'. Reforçar a 'soberania informacional' dos países nos novos domínios das estatísticas sobre a governação e a paz obriga os governos a gastar mais na produção desses dados e vai obrigar os SNE a constituir equipas dedicadas e com experiência relevante. Apenas 16% dos responsáveis governamentais entrevistados no inquérito ISAAI/PNUD afirma que o seu país tinha atribuído financiamento específico à produção de

estatísticas para o ODS 16.

Em segundo lugar, os governos africanos tentam cada vez mais 'localizar' o ODS 16, tal como a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável apela a todos os países que o façam. Perto de 60% dos inquiridos indica que o seu país adaptou as metas e indicadores globais do objectivo ao contexto nacional, após consulta a líderes da sociedade civil, investigadores e responsáveis governamentais. O governo dos Camarões, por exemplo, convidou grupos da sociedade civil a 'traduzir' os indicadores globais do ODS 16 em estatísticas locais simplificadas, em estreita colaboração com o SNE. A avaliação comunitária da evolução relativamente a estes indicadores pretende complementar o mecanismo de divulgação liderado pelo governo.

Finalmente, alguns 'paladinos do ODS 16' africanos estão a tornar este objectivo central para o planeamento, orçamento e divulgação nacionais. No Quénia, todos os responsáveis públicos em ministérios, departamentos e agências relacionadas com o ODS 16 são obrigados a assinar contratos de desempenho com o governo central, onde identificam metas e indicadores do ODS 16 relevantes para o mandato e explicam como são integrados nas políticas e nos planos de desenvolvimento.

O Gana e o Benim destacam

os gastos orçamentais com maior impacto sobre o ODS 16 e o governo do Gana também divulga publicamente de que modo as prioridades financeiras estão alinhadas com os compromissos declarados com este objectivo.

Adicionalmente, vários países encontraram modos inovadores para garantir que os governos usam novos dados nacionais sobre o ODS 16 na tomada quotidiana de decisões. A Missão para a Paz da Libéria forma utilizadores potenciais de estatísticas governamentais na análise e utilização dessas informações no trabalho, enquanto o Uganda utiliza estaticistas nos serviços de justiça e de cumprimento da lei para ajudar a criar uma 'cultura dos dados' entre os responsáveis pelo planeamento e os decisores políticos.

Porém, os países africanos ainda precisam de melhorar o acesso público aos dados e indicadores do ODS 16, para que os cidadãos possam responsabilizar mais eficazmente os governos. Só um quarto dos inquiridos afirma que estas estatísticas estavam publicamente disponíveis e menos de um terço (32%) dos inquiridos não-governamentais sentiu que o governo estava empenhado em tornar os dados sobre o ODS 16 imediatamente disponíveis.

Os dados sobre a governação, como quaisquer outras estatísticas oficiais, são um bem público e deveriam estar acessíveis a todos. De outra forma, a verdadeira escala de violência, exclusão e discriminação permanecerá oculta e o potencial das informações cuidadosamente recolhidas para melhorar a vida dos cidadãos vulgares – em África e no resto do mundo – não será completamente explorado.

Trabalha com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para apoiar os esforços nacionais para medir e monitorar a boa governanção, paz e segurança.

Marcas & Estilos





RESTAURANTE

O trunfo da carne grelhada

Este é, sem qualquer sombra de dúvidas, um dos mais concorridos restaurantes de Luanda, conhecido principalmente pela forte oferta de carne de alta qualidade. Aberto há cinco anos, é precisamente nesta carne que está o grande trunfo do Espaço Luanda. Entre as escolhas, tem cortes conhecidos, como o fillet mignon, entrecôte, acém, alcatra, o famoso T-bone e o ribeye, bem como carne maturada, como a vazia. A carne pode ser grelhada na brasa ou frita, servida com ou sem molho, ou mesmo grelhada na pedra em frente de si. A picanha na pedra é um dos seus pratos mais requisitados. Uma das mais recentes novidades é o Fondue, que lhe oferece a oportunidade de cozinhar a sua carne no tacho.



AUTOMÓVEL

Condução com emoção

A sétima geração do BMW Série 5, garante a fabricante, aponta o caminho para o futuro. A BMW vê a liderança tecnológica, os produtos emocionalmente ricos e a digitalização como factores essenciais para o sucesso.

O BMW Série 5 apresenta um leque de motores mais eficientes da família BMW Efficient Dynamics com a tecnologia BMW Twin Power Turbo, em que a grande novidade são as duas novas versões a gasolina: 530i de 2.0 litros e quatro cilindros e o 540i de 3.0 litros seis cilindros em linha.

Enquanto o primeiro debita 252 cavalos e 350 Nm, permitindo acelerações dos 0-100 km/h em 6,2 segundos, o segundo debita 340 cavalos, para uma aceleração em apenas 4.8 segundos dos 0-100 km/h. Ambos estão acoplados a uma transmissão Steptronic de oito velocidades e disponíveis com o sistema de tracção integral xDrive.

AGENDA

2 DE AGOSTO

O 'Concerto Acústico entre a Poesia, a Música e o Humor' apresenta Erica Nelumba e Nsoki, no Centro Cultural Chá de Caxinde. às 20 horas. Ingressos a 15.000 kwanzas.

2 DE ACOCTO

Orquestra Kimbanguista apresenta o concerto de 'Música Clássica', no Centro de Cultura Brasil – Angola, às 18 horas. Ingressos a 2.000 kwanzas.

8 DE AGOSTO

do seu apartamento ou prédio pode

encontrar aqui. Esta lâmpada de

madeira da Chandelier é per-

feita e uma prova viva da ele-

gância natural estética feita

de madeira resistente e forte.

O músico Totó actua no restaurante Zodabar (condomínio Colinas do Sol) com participação de Dodo Miranda e Selda. a partir das 20 horas. Ingressos a 5.000 kwanzas.

10 DE AGOSTO

O conjunto Os Kiezos actuam no Palácio de Ferro, às 19 horas. Entradas gratuitas.

13 DE AGOSTO

Escritor José Luís Mendonça declama poetas americanos como; Walt Whitman, Maya Angelou e Allen Ginsberg, no Centro Cultural Português, às 18h30. Segunda-feira 29 de Julho 2019
Valor Económico | 23

Ambiente

SINGAPURA

Apreendidas toneladas de marfim

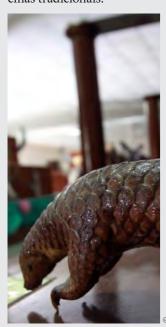
Treze toneladas de escamas de pangolim pertencentes a cerca de 2.000 desses mamíferos em perigo e quase 10 toneladas de marfim de elefante foram apreendidas na Singapura, anunciaram as autoridades.

O Conselho do Parque Nacional, a Alfândega da Singapura e a Autoridade os Postos de Segurança da Imigração anunciaram que esta foi a terceira maior apreensão de escamas de pangolim deste ano e a maior de marfim de elefante até à data.

Foram apreendidas precisamente 13,1 toneladas de escamas de pangolim, e também presas de quase 300 elefantes, que estavam em contentores que seriam levados para o Vietname.

A quantidade de escamas de pangolim encontradas tinha o valor de 35,7 milhões de dólares e as presas de elefante valiam 12,9 milhões de dólares.

O pangolim é o mamífero mais traficado no mundo e as suas escamas, que contêm queratina, são usadas para medicinas tradicionais.





PARA A EXPLORAÇÃO DE MADEIRA

Angola vai reflorestar zonas de Benguela, Huambo e Huíla

REFLORESTAÇÃO. Processo, que vai precisar de pessoal local, prevê formar apicultores tradicionais e instalar colmeias melhoradas com vista à produção de mel.

Ministério da Agricultura e Florestas anunciou que vai reflorestar, ainda a partir deste ano, 200 mil hectares com eucaliptos e pinhei-

hectares com eucaliptos e pinheiros, para a exploração de madeira e produção de matéria-prima em Benguela, Huambo e Huíla.

O Secretário de Estado para as Florestas, André Moda, disse que, dos 200 mil hectares, 120 mil serão destinados à exploração e 80 mil servirão para a expansão do património florestal público existente.

Moda referiu igualmente que o Governo pretende repovoar uma área original de 148 mil hectares, povoar uma área de expansão de 52 mil hectares e celebrar contratos de concessão com até 20 empresas.

O Secretário de Estado falava por ocasião da entrega dos perímetros florestais públicos de Benguela, Huambo e da Huíla, pelo Ministério da Indústria ao Ministério da Agricultura e Florestas.

André Moda disse igualmente que vão formar nestas regiões mil 50 apicultores tra30

Mil e 500 colmeias vão produzir 630 mil litros de mel por ano.

MEMORIZE

O Segundo o ministro, pretende-se repovoar uma área original de 148 mil hectares, povoar uma área de expansão de 52 mil hectares e celebrar contratos de concessão com até 20 empresas. dicionais, instalar 30 mil 500 colmeias melhoradas com vista à produção de 630 mil litros de mel por ano.

A passagem da tutela do Ministério da Indústria ao Ministério da Agricultura e Florestas foi decidida em Março depois de ter sido anulada a parceria existente entre o Ministério da Indústria e a empresa Estrela da Floresta (empresa detida até então pelo Fundo Soberano de Angola) que visava a concessão, gestão e exploração dos perímetros florestais de eucalipto localizados nas províncias de Benguela, Huambo e Huíla.

Os referidos perímetros florestais incluem as áreas anteriormente adstritas à ex- Companhia de Celulose e Papel de Angola, aos Caminhos de Ferro de Benguela e ao Instituto de Desenvolvimento Florestal. Valor Económico Segunda-feira 29 de Julho 2019

NÚMEROS DA SEMANA

50°/o

Taxa média de cobertura de electricidade que o país terá em 2022, sendo que, em cada província, será superior a 25%, anunciou o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges.

30

Mil toneladas, quantidade mensal de alimentos que são necessários para acudir cerca de 700 mil pessoas afectadas pela seca no Cunene, revelou o governador da província, Vigílio Tyola. Apenas foram angariadas 997 toneladas de alimentos.

891,7

arrecadação de receitas no primeiro semestre deste ano do Serviço de Migração Estrangeiros de Luanda, revelou o director, Simão Milagres.

65

Milhões de euros, valor investido pela União Europeia em Angola para a implementação do programa conjunto para o fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional (FRESAN), no Sul do país. AFRICELL PREPARA 300 MILHÕES DE DÓLARES INICIAIS

Companhia da Gâmbia acredita que será a quarta operadora móvel

companhia
gambiana de
telefonia Africell aguarda
com expectativa o resultado
do concurso
público para a

quarta operadora móvel em Angola, acreditando que pode ser a vencedora como deixou a entender o fundador e CEO da empresa, Ziad Dalloul, em entrevista à agência Reuters.

A companhia pretende usar parte de um financiamento de 100 milhões de dólares, que recentemente conseguiu através do fundo de investimento privado do governo dos EUA (OPIC), para o pagamento da licença. E tem ainda 300 milhões de dólares reservados para o primeiro ano de actividade. "Estamos a olhar apenas para os mercados em que pode-

mos fazer a diferença", sublinhou Dalloul, incluindo neste grupo Angola e Zimbábue.

"Diminuir os preços de mercado, expandir para áreas rurais, fornecer serviços melhores e mais rápidos na internet. Essas são as coisas que sabemos fazer. É por isso que estamos de olho em Angola", justificou a candidatura.

Segundo as regras tornadas públicas em Abril, quando a Telstar foi anunciada como vencedora do concurso, que depois viria a ser anulado, quem ficar com a licença deve pagar 15% dos 120 milhões de dólares no prazo de um mês e meio. Também em Abril, o Presidente da República autorizou a abertura de um novo concurso público "em obediência aos princípios da transparência e concorrência", estabelecendo regras e procedimentos.

A anulação do resultado foi justificada com a alegada falta de

apresentação dos resultados operacionais dos últimos três anos da empresa vencedora, como impunha o caderno de encargos.

Em reacção, a Telstar justificou os processos em falta com as garantias que recebeu da Comissão de Avaliação na fase de esclarecimentos relativamente aos procedimento do concurso público.

Segundo o Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Comunicação, 27 entidades manifestaram interesse no concurso anulado que foi aberto a 27 de Novembro de 2017. Mas apenas seis passaram à primeira fase e só duas cumpriram todos os requisitos previstos no caderno de encargos.

A Africell tem 18 anos e conta com cerca de 15 milhões de assinantes nos quatro países onde opera: Uganda, RDC, Gâmbia e Serra Leoa.



NO AMBOIM

BDA debate produção de café

Uma iniciativa do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) vai juntar, a 1 de Agosto, no Amboim, Kwanza-Sul, o Ministério da Agricultura, governo provincial e 'stakeholders', num seminário para discutir o fomento da produção intensiva de café arábica em Angola.

Em nota de imprensa, a instituição bancária justifica a iniciativa com a necessidade de contribuir para os esforços de desenvolver fileiras produtivas com potencial de exportação. O BDA celebrou um contrato de assistência técnica com uma entidade especializada da Índia para o desenvolvimento e exploração sustentável de fazendas cafeeiras de médio e grande portes e uma eventual mobilização de investidores indianos.

Por isso, são esperados dois especialistas indianos que vão abordar a experiência de desenvolvimento do café na Índia e um especialista do Instituto Nacional do Café (Inca), que vai apresentar o quadro actual em Angola.



Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao

